



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre os estudos que versam sobre a criação das Unidades de Conservação na região das Represas Billings e Guarapiranga – proposta para criação de Parques Estaduais, de responsabilidade da Fundação Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, realizada às 15h00, em 05 de dezembro de 2017, na cidade de São Paulo/SP.

Realizou-se no dia 05 de dezembro de 2017, na Prefeitura Regional de Parelheiros, localizada à Estrada Ecoturística de Parelheiros, nº 5.252, Jardim dos Álamos, em São Paulo/São Paulo, a Audiência Pública sobre os estudos que versam sobre a criação das Unidades de Conservação na região das Represas Billings e Guarapiranga – proposta para criação de Parques Estaduais, de responsabilidade da Fundação Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Adailson de Oliveira, Prefeito Regional de Parelheiros e do Senhor Diogo Batista Soares, Prefeito Regional Substituto; do Poder Legislativo – nas pessoas da Excelentíssima Senhora Solange Aparecida Dias, Assessora Especial Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo; do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de São Paulo; dos órgãos públicos – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Edson Fernando escames, do Departamento de Meio Ambiente da EMAE; da Polícia Militar Ambiental; dos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Firmino Ferreira dos Santos, coordenador do Conselho Participativo; Osvaldo Feitosa de Araújo, do Conselho Gestor da Saúde; Antonio Edgar Pereira Passos Júnior, do Conselho Participativo de Parelheiros; dos organismos da sociedade civil – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Luciano Aparecido dos Santos, Diretor de Núcleo do Sindicato Rural de São Paulo; das entidades ambientalistas – na pessoa dos Excelentíssimos Senhores César Pegoraro, da Fundação S.O.S Mata Atlântica e Mauro Scarpinati, do Espaço Formação, Assessoria e Documentação; e da Excelentíssima Senhora Francisca Antonia Costa, do Recanto Campo Belo, enfim a todos que compareceram a esta audiência pública. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o empreendimento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos

Página 1 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao empreendedor e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, pelo prazo de até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo e composta por Lucila Manzatti, Diretora da Região Metropolitana e Interior da Fundação Florestal e, ainda, por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência. Antes de dar início à etapa de apresentação da proposta em si o **Secretário-Executivo** lembrou que os interessados teriam cinco dias úteis de prazo, contados a partir da segunda audiência para encaminhar, diretamente à Fundação Florestal, por meio de correspondência registrada ou *e-mail*, qualquer contribuição que se queira juntar à análise da proposta. Passou-se a etapa de apresentação da proposta. **Lucila Manzatti**, Diretora da Região Metropolitana e Interior da FF disse que em nome do Diretor Executivo da Fundação Florestal da SMA, Walter Tesch dava boas vindas a todos. Dirigiu um abraço especial à Prefeitura Regional de Parelheiros e agradecimentos pela acolhida e apoio. Agradeceu também os gestores das unidades de conservação das APAs Bororé-Colônia, Capivari-Monos, do Parque Natural Municipal Itaim e do Parque Natural Municipal Jaceguava, e de todos seus conselheiros que participaram das reuniões de apresentação prévia da proposta. Disse que cedia a palavra a Diego Hernandez, gerente da Região Metropolitana e Interior da FF, para que pudesse apresentar a proposta. **Diego Hernandez** explicou que a FF é responsável pela gestão das unidades de conservação do estado, contexto no qual gerencia os territórios de 22 UCs, pertencentes à 39 municípios da Região Metropolitana, o que correspondente a, aproximadamente, 2% do território do estado. Dessas 22 unidades, complementou, 13 pertencem ao grupo de uso sustentável e nove unidades de conservação do grupo de proteção integral. Destacou que o projeto de criação estava organizado em três fases ou módulos, sendo eles, respectivamente, o módulo dos estudos fundiários; o segundo da caracterização social e ambiental e o terceiro sobre o rito processual legal para condução do processo que culmina com a submissão da proposta ao CONSEMA. Passou ao detalhamento dos módulos da mesma forma como fez na audiência anterior. Apresentou as principais diferenças fundiárias entre as áreas da Guarapiranga e Billings destacando a importância dos fragmentos remanescentes de vegetação para a manutenção das áreas de drenagem dos dois reservatórios. Tais remanescentes são constituídos por vegetação nativa de Mata Atlântica que compõem também o denominado Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Destacou o papel dos Planos de Manejo para a gestão das UCs e também das atividades de fiscalização da Polícia Militar Ambiental em cooperação com a FF, por meio de um Sistema de Monitoramento Integrado, chamado SIM. Dissertou sobre as atribuições do órgão gestor das UCs na definição e realização das atividades de lazer, recreação, ecoturismo, pesquisa e manejo. Frisou o potencial um pouco maior da Guarapiranga em relação à área da Billings para a implantação de atividades turísticas. Quanto à questão socioeconômica versou sobre a problemática da conservação de espaços protegidos em ambientes urbanos e o impacto das ocupações irregulares, momento em que concedeu o panorama técnico e legal do diagnóstico fundiário que incluiu o fotocadastro, a elaboração de laudo de identificação fundiária, a análise jurídica documental, o levantamento cartorial junto ao rol de proprietários envolvidos no perímetro objeto do estudo, a identificação dos ocupantes, o georreferenciamento desses imóveis e, por fim, a avaliação imobiliária. Obteve-se a partir daí o

Página 2 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diagnóstico fundiário que subsidiou a elaboração da proposta das áreas para compor as UCs. Ressaltou que todo esse trabalho é resultante de um contrato estabelecido entre a Fundação e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Ressaltou que a proposta resultante foi disponibilizada fisicamente e digitalmente 20 dias antes das audiências, conforme norma do próprio Conselho Estadual do Meio Ambiente. Apresentou, com auxílio da projeção de mapas, o perímetro da proposta ora defendida. Discorreu sobre as potencialidades do uso de unidades de conservação em ambientes urbanos para a geração de negócios a partir dos serviços ecossistêmicos, e consequente desenvolvimento local, preservação e melhor proteção das áreas. Dissertou sobre os vetores de pressão ambiental e seus impactos dentre os quais destacou aqueles relacionados à perda da conectividade ecológica e de biodiversidade devido principalmente às atividades ligadas a extração de palmito e de bens florestais em geral; demandas da construção civil, urbanização e especulação imobiliária. Apresentou dados sobre a vulnerabilidade social das áreas, destacando ser maior na Billings, de acordo com o índice de Vulnerabilidade Social do SEADE. Destacou a importância do Programa Nascentes por meio do qual foram identificadas áreas passíveis de serem restauradas. Como terceiro módulo de encaminhamentos administrativos e jurídicos finais do rito processual de criação de unidades de conservação destacou a realização de consultas e o encaminhamento da proposta para o CONSEMA. Destacou que a SMA elaborará a minuta de decreto de utilidade pública, que após ser aprovada pela sua consultoria jurídica será publicada em Diário Oficial do Estado para, a partir daí, iniciar a condução da aquisição dos imóveis pela Procuradoria Geral do Estado, por via amigável ou judicial, se for o caso. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes de entidades civis. **César Pegoraro**, da Fundação SOS Mata Atlântica afirmou que a ONG vê com bons olhos a criação das unidades de conservação, ainda mais pelo fato de estar localizada em área de manancial. No entanto, passou a destacar alguns pontos que haviam chamado sua atenção. O primeiro dele é era a edição, nos últimos 40 anos, de uma série de leis e projetos, como por exemplo, a Lei dos Mananciais e o próprio Plano Diretor que classifica a área como sendo rural. Pode-se perceber que, ano após ano, perde-se a qualidade ambiental das áreas protegidas, sendo portando um enorme desafio que envolve o investimento de muito tempo, dinheiro em busca de proteção. Questionou a classificação das UCs na categoria de uso restritivo tendo em vista que os vetores de ocupação indicam a existência de evidente pressão antrópica, principalmente quanto a Billings. Nesse contexto, disse que será criado um universo de dois mundos sendo mais uma cisão social. Por esse motivo, questionou se não seria o caso de se pensar em instrumentos para promover a inserção da população no processo de proteção por meio de uma área de uso sustentável, inclusive com a disposição de instrumentos econômicos para manter a preservação dessa área. Discorreu sobre a problemática das invasões e seus reflexos socioambientais e citou como exemplo, unidades já depauperadas quanto aos recursos naturais, tais como o Parque Ecológico da Guarapiranga e o próprio Núcleo Curucutu. No entanto, propõe-se a criação de mais unidades de conservação, o que lhe soa muito estranho, visto que não se está conseguindo preservar as existentes. Comentou a questão da incidência de sobreposição de algumas áreas nas quais já tem unidade de conservação proposta. Na Guarapiranga existe a proposta da RPPN do Solo Sagrado e para a Billings uma APA, e mesmo assim, está se propondo mais uma unidade como medida de proteção. Por tais motivos acredita o olhar poderia se voltar para áreas que ainda estão desguarnecidas ou propor meios de conservação para elas. Reforçou que existem áreas que apesar de serem bastante estratégicas ainda encontram-se abertas e desprovidas de medidas protetivas. **Francisca Antonia Costa**, do Recanto Campo Belo agradeceu o orçamento participativo da Prefeitura e reforçou a necessidade de se proceder a uma luta conjunta. Dissertou sobre a importância da área florestal muito rica existente em Parelheiros, amplamente reconhecida. Alertou para que as autoridades tomam providências em relação as ocorrências, somente após terem acontecido. Destacou que a população precisa de mais orientação do que fazer no caso das invasões das áreas, pois tais acontecimentos se dão de forma violenta havendo inclusive mortes. Destacou o caso crítico do Recanto Campo Belo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

necessidade de se promover maior diálogo com a população de forma unir as formas por uma mesma causa, pois de nada adianta os conselheiros se reunirem inúmeras vezes, sem que se promova o trabalho conjunto, pois “uma andorinha só não faz verão”. **Mauro Scarpinatti**, do Espaço Formação Assessoria e Documentação afirmou não ser contrário a proposta apresentada tendo em vista a existência de uma luta dos ambientalistas para proteger a Guarapiranga e a Billings, que se estende por mais de 35 anos. No entanto, considerava a proposta apresentada estranha, primeiramente porque o Governo do Estado vem dizendo que as unidades de conservação dão muita despesa e que não tem dinheiro para mantê-las. Tanto é verdade que o Secretário da SMA que antecedeu o atual insistiu muito em entregar as unidades de conservação do estado para a iniciativa privada, dizendo que não tinha dinheiro para mantê-las. Como agora tem dinheiro para criar novas unidades? Como é que essa proposta surge assim, do nada, da cartola? Qualificou como sendo estranho que agora se queira criar duas unidades de conservação na Guarapiranga e Billings, justamente em áreas, pelos menos teoricamente, já protegidas pela Lei de Proteção dos Mananciais, pela lei específica da Billings e pela lei específica da Guarapiranga. Questionou quais foram os critérios para a escolha dessas áreas dentro das respectivas bacias, tendo em vista que a área proposta para Guarapiranga não está dentro do chamado Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental - PDPA, da SMA. Lembrou que à época da criação do Parque da Serra do Mar, na década de 70, foram realizadas uma série de desapropriações, e os proprietários até hoje não receberam as devidas indenizações. Lembrou que áreas nessa situação são encontradas no próprio Núcleo Curucutu, assim como o não pagamento das devidas indenizações vem prejudicando os pequenos produtores rurais. Por esse motivo, questionou se não seria mais interessante usar o dinheiro existente para indenizar esses pequenos produtores rurais por terem propiciado a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, há quase 40 anos. Trouxe à baila a proposta de instalação de um aeroporto em Parelheiros, ao lado do Ribeirão Embu-Guaçu, a qual qualificou de nefasta, pelo impacto que trará a um dos principais contribuintes hídricos da Represa do Guarapiranga. Ao invés dessa proposta porque não se cria uma unidade de conservação nesse local, tendo em vista que a área em questão pertence a um único proprietário? Questionou tecnicamente a implantação de certas unidades de conservação em detrimento de outras que deveriam ser propostas, como é o caso do Parque Ribeirão Caulim. Chamou a atenção para o fato de que o plano diretor atual, aprovado em 2013-2014, classificou toda Parelheiros como área rural. Chamou a atenção para a informação constante do próprio processo de criação que grande parte da área da Guarapiranga, que está sendo proposta, pertence a ao senhor Paulo Salim Maluf, que pertence ao mesmo partido dos Secretários do Meio Ambiente, tanto anterior, quanto do atual, ou seja do Partido Progressista - PP. Questionou se toda essa proposta, que culmina com a desvalorização imobiliária da área não seria um jeito de se obter uma indenização legal mais expedita? Afirmou que considera 22 a 27 milhões uma bagatela e, sobre isso, questionou sobre a existência de pressão política para que seja firmado um acordo de apoio ao atual governador de São Paulo à sua candidatura à Presidência no ano que vem. O secretário atual é do PP. Pelas razões expostas, questionou se não era mais interessante investir na preservação das áreas no entorno dos mananciais Billings e Guarapiranga, mantendo os proprietários e pagando pelos serviços ambientais – como faz, por exemplo, a Companhia de Águas de Nova Iorque. Afirmou que a SABESP vive vangloriando-se das ações comercializadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, no entanto, faz tudo diferente de lá, inclusive quanto a conservação da qualidade da água. Portanto, tornou a questionar se não seria mais interessante investir em serviços ambientais e na conservação das áreas existentes do que criar novas unidades de conservação. Ratificou que não há como ser contra a criação de unidades de conservação, no entanto, ainda sim considera a proposta esquisita. Por último, ratificou a informação de que a unidade de conservação da Guarapiranga se sobrepõe à área do Solo para qual já existe um processo de criação de uma reserva particular - RPPN. Por esse motivo questionou qual seria o motivo de gastar dinheiro em uma área que o setor privado já está preservando e deseja preservar perpetuamente. Solicitou providências quanto às incorreções



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

apontadas. **Luís Eduardo Gomes da Costa**, da a SOS Marsilac questionou sobre a existência de um Plano de Ação com as medidas de conservação a serem adotadas após a desapropriação das áreas ocupadas, tendo em vista também o montante financeiro que será dispendido para promover a ação. Passou-se a etapa na qual fazem uso da palavra os cidadãos que falam em seu próprio nome. **Vinícius de Souza Almeida** morador da região e ambientalista, mestre pela USP e gestor municipal de parques urbanos próximos da represa Guarapiranga e represa Billings disse ter constatado que as informações, fotos e mapas constantes do plano, quando citadas as fontes de pesquisa não estavam acompanhadas de suas respectivas referências de fontes. Constatou também várias citações de sua dissertação de mestrado, fato que lhe faz bastante feliz, no entanto, sem a devida referência da fonte de pesquisa. Mesmo que o pretendido Parque da Billings encontre-se dentro da APA Bororé-Colônia e em área de mananciais, não lhe garante proteção contra os principais focos de ocupações. Além disso, afirmou que além do Jardim Elus encontrar-se praticamente todo destruído, Noronha e a Chácara do Sol estão sendo loteado, o que lhes confere o caráter mais crítico. Por esses motivos, considera que o parque é realmente muito bem-vindo e extremamente prioritário. Além das áreas mencionadas disse que considera também de grande importância as áreas localizadas em Jaceguava, por também ser foco de várias ocupações e de pressão urbana muito grande. Acredita que parte da área que está sendo proposta deveria estar sendo bem protegida pelos proprietários à exemplo da proposta de RPPN do Solo Sagrado que se encontra em andamento. Também mencionou o pagamento por serviços ambientais como importante instrumento econômico a ser utilizado pelos proprietários. Pela existência de outras áreas ao longo do Jaceguava, principalmente próximo da estrada, sugeriu a criação de um parque aos moldes de cinturão de contenção, ou até mesmo, firmar uma parceria com o município para a implantação do Parque Linear Caulim, que teria o *status* de segundo maior parque do município, da cidade. Duvidou que a Prefeitura dessa conta de implantar e preservar esse parque, que está sendo alvo de várias ocupações. Há alguns anos, o Ribeirão Caulim, possuía água limpa, no entanto, lamentou ter se transformado em um grande “esgotão”. Comentou que o Parque linear 9 de Julho, na Represa Guarapiranga, do qual foi administrador possui uma parceria estado-município, dentro do Programa Mananciais. Da mesma forma, concluiu que a mesma parceria poderia ser feita para a bacia do Ribeirão Caulim. Mesmo assim, afirmou que as propostas de criação de parques são bem-vindas. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes de conselhos. **Oswaldo Feitosa de Araújo**, do Conselho Gestor da Saúde da unidade do Jardim Silveira disse que o novo administrador da Subprefeitura já havia realizado oficinas para acolher propostas em Jangadeira, na Cidade Dutra e Parelheiros. Propôs que os vereadores e autoridades da Câmara Municipal, assim como o próprio prefeito atual olhem pela região e promova condições para a população sobreviver. Apesar da participação em diversos fóruns queixou-se da pouca atenção que o poder público dedica a população. Afirmou que os empresários, no entanto, compram terrenos e fazem o que podem na área, ao passo que o pobre é barrado pelo fiscal da Subprefeitura, quando decide fazer um “puxadinho”. **Solange Dias**, do Conselho Gestor de Turismo disse que a região de Parelheiros sofre os mesmos problemas, apesar de estar em uma área bem conservada, mais bonita até, em relação às demais. Mas a questão é o seguinte: A nossa região, principalmente hoje, Parelheiros, possui inúmeras e lindas legislações, não é? A legislação de mananciais, que acabou desvalorizando a região. A própria legislação agora, da APA, que não consegue conter nada. No entanto, de nada adianta ter uma legislação linda e maravilhosa dessa, se a gente não consegue ter uma população consciente. Nós não conseguimos conter a ocupação irregular que tem na região. Como já havia dito na audiência do dia anterior, não temos uma fiscalização adequada, nós não temos quadro de funcionários para fazer isso. Nós não conseguimos manter aquilo que a Lei de Mananciais dita o que acabou estragando a região. É uma região que poderia ter sido loteada em chácaras, uma região que poderia ter sido ocupada de outra forma. Afirmou não ter nada contra as pessoas que estavam ali, muito pelo contrário. Como sempre, afirmou que em qualquer lugar da cidade pode-se alocar toda a população de Parelheiros, mas em nenhum lugar da cidade é possível se

Página 5 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ter a vegetação que se tem na área. Por esse motivo acredita que é preciso começar a pensar sobre o que é que nós queremos. Não adianta possuir a legislação ‘x’, a legislação ‘y’, criar a guarda não se sabe do quê, criar mais outra guarda. Afirmou que desde 2007, que trabalha na Operação Defesa das Águas é sempre a mesma coisa: Áreas cada vez mais adensadas, cada vez mais ocupadas e com cada vez menos efetivo. Ao dirigir-se a Lourdes, afirmou que cada vez mais conta-se com menos efetivo, há 15 anos. Acha louvável a criação de parques, pois essa, infelizmente, é a única opção que temos para preservar. É uma opção cara, porém efetiva. Não é possível manter áreas tão extensas com apenas duas pessoas cuidando. Os sobrevoos nas áreas foram suspensos, a fiscalização foi tirada e não se tem a presença da PM Ambiental. O que se faz é comprar a área, fazer o parque e cerca-lo. Como Conselheira de Turismo, acredita na ótima oportunidade que se tem de criar atividades, a serem desenvolvidas na região, tais como, a promoção de educação ambiental. Assim como seu antecessor, sugeriu a inclusão do Ribeirão Caulim, especificamente da parte, onde a SABESP promove a transposição da água do Capivari. Trata-se de uma área sensível na qual foram promovidas duas desocupações com a remoção de mais de 3.000 famílias. Tal área precisaria realmente ser preservada, tanto a parte do rio, que ainda está numa situação mais tranquila, quanto a outra parte, que lida com o Balneário São José e beira toda a represa, e está toda ocupada. Portanto, acredita que é necessário estender os limites para que se possa fazer a preservação integral. Destacou que os esgotos estão sendo lançados no balneário diretamente no Ribeirão Caulim. **Antônio Edgar Passos Júnior**, do Conselho Participativo de Parelheiros disse tratar-se de uma boa proposta que vai favorecer muito uma região muito carente. No entanto, ressaltou que os nossos rios laterais e também do Centro de Parelheiros são esgoto a céu aberto. A SABESP provê a água, sem tratar o esgoto que acaba sendo levado às cabeceiras das represas, inclusive para a represa na qual se pretende proteger com a implantação de um parque. Disse que há 15 anos ela e seu pai pescavam no Balneário São José, hoje não se pesca nada ali. A água no local está preta. Existem algumas capivaras e a fauna e flora está se acabando pela ação da SABESP que ajuda a lançar a água podre que deveria ser tratada por ela. Recomendou seja implantada uma base da Polícia Ambiental assim que as áreas forem desocupadas, para garantir a proteção da área. Acredita que o caminho da sustentabilidade é longo mas promover ações para que Parelheiros cresça como um polo turístico é uma forma para se alcançar o que se almeja. **Francisca Antonia Costa**, representante da UBS do Recanto Campo Belo, além de conselheira da Supervisão Técnica de Saúde, também atua na Vigilância do SUS. Afirmou que promove todos os dias reuniões com a população não só do recanto, mas também de Parelheiros. Questionou de que forma serão realizadas as desocupações e que quais tipos de subsídio (auxílio aluguel, transporte, outros) serão destinadas a população removida. Disse que gostaria de saber qual tipo de parceria poderia ser feita com o governo para auxiliar a população, principalmente quanto à moradia. **Sérgio Rogério Cesário Costa** morador da Estrada do Mambu disse que há muito tem interesse pela região, mesmo porque possui uma área muito linda, herdada do pai. Afirmou que as pessoas, além dos impostos, pagam pela água e pelo esgoto, sendo assim, a SABESP teria a obrigação de cuidar do esgoto. No entanto, o esgoto está sendo lançado *in natura* no rio. Simples então: a SABESP deve ser acionada juridicamente para cuidar desse esgoto, porque ela recebeu para isso. Disse achar engraçadas essas coisas que envolvem o poder público, do tipo estar dentro de uma Área de Proteção Ambiental, sobre a qual teve a honra de acompanhar a aprovação, na reunião do CONSEMA. No entanto, se o poder público não fizer valer, o que poderá mais ser feito, questionou. Reconheceu tratar-se de uma situação muito difícil. Disse não possuir autoridade, mas como cidadão pagante de impostos em dia, como um contribuinte, esperava que a riqueza da região fosse valorizada, principalmente por ser a provedora da água que a cidade consome. Dissertou sobre as perspectivas que tem sobre um futuro melhor. **Carlos**, da Associação Cratera de Colônia lembrou da existência de um parque natural em Cratera de Colônia. Por ser uma área diferenciada das demais solicitou seja providenciada uma sede e seu respectivo projeto para o parque. Defendeu a preservação das águas de Parelheiros. Passou-se a etapa das réplicas. **Diego Hernandez**, gerente da

Página 6 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Região Metropolitana e Interior da FF ofertou os seguintes esclarecimentos quanto ao aporte técnico utilizado para a elaboração da proposta: - as informações para a delimitação do perímetro das UCs foram fornecidas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SMA, que tem atribuição de fiscalizar todo e qualquer fragmento de vegetação, seja ele unidade de conservação ou não. Esse material foi submetido à FF dentro de uma abordagem que partiu do plano diretor municipal, de áreas que possuíam ferramenta de proteção instituída e de outras, que não tinham e as que tinham registros de infrações ambientais. Após tal delimitação a FF providenciou as ações pertinentes aos três módulos detalhados em sua apresentação. Afirmou que a área pertencente à Igreja Messiânica não foi considerada dentre os principais critérios para a definição dos perímetros propostos, mas sim o uso do solo dentro do perímetro proposto e no seu entorno. Explicou que não se pode incluir o uso do solo de urbanização consolidada para compor a área de unidades de conservação do grupo de proteção integral. Então, no caso da Igreja Messiânica, toda a matrícula, toda a área da Igreja Messiânica, por ter sido apresentada a proposta de criação de RPPN por eles, não foi justaposta ao perímetro proposto. Então, o mapa apresentado mostra exatamente a divisa entre o perímetro proposto para a unidade de conservação e, do lado esquerdo, a área que é do Solo Sagrado. Então, não está sobreposto. Sobre a questão trazida pelo Portuga, que teve a oportunidade de conhecer no Conselho da Capivari-Monos, na oportunidade que fez esta apresentação para o conselho, esclareceu que a Fundação Florestal, enquanto órgão gestor, não se preocupa só com o presente, mas também e bastante com o futuro, porque a responsabilidade pela gestão do território cabe FF. Acentuou que a FF da experiência adquirida na consolidação de outras UCs urbanas, tal qual a obtida na implantação do Parque Estadual da Cantareira. Este Parque consolidado desde 1963, portanto há bastante tempo, também sofre com os processos de ocupação. Então, o que é a FF faz a partir dessas experiências já, que estão consolidadas? A FF possui um plano de fiscalização para essas áreas. Os gestores, no caso da Fundação Florestal têm – nas unidades de proteção integral, o poder de polícia na questão da fiscalização. Então, os nossos gestores trabalham diretamente com a Polícia Militar Ambiental, designando tarefas a eles, através, como eu falei, do programa, do Sistema Integrado de Monitoramento. Ressaltou existir uma grande proximidade entre FF e a Polícia Ambiental, pois além de fazerem parte do Sistema Ambiental Paulista, realizas vistorias conjuntas, também para avaliar as denúncias apresentadas. Caso as unidades propostas sejam criadas será, imediatamente, estabelecido um plano de fiscalização integrado. Afirmou existir o interesse de construir uma base a ser utilizada, ou pela polícia, ou pela Guarda Civil, de forma compartilhada. A FF possui algumas experiências sobre isso. Como foi dito hoje, a FF trabalha bastante com a Guarda Civil do Município de Mairiporã, do próprio Município de São Paulo, na região da Brasilândia, Parada de Taipas. São eles que auxiliam a FF a fiscalizar esse perímetro bastante frágil. Então, essa será a mesma receita, caso essas unidades sejam criadas. Há também, como já colocada, a questão relacionada ao cerceamento das áreas. A FF entende que há necessidade sim, de fazer um cerceamento das áreas, apesar de entender a consideração feita pelo representante da SOS Mata Atlântica. A FF tem interesse em implantar marcos, relacionados ao levantamento fundiário e promover a consolidação desses marcos, uma sinalização efetiva de que aquilo é terra pública, que aquilo é protegido. Obviamente, reconhecia que apresentou uma receita que se aplica a alguns locais e que servem de base para a implantação das unidades de conservação em áreas urbanas. O mais importante, contudo, é estabelecer, a partir da criação dessas áreas, um plano de fiscalização integrado com os atores locais. Afirmou que serão providenciadas todas as correções apresentadas pelo pesquisador de Vinicius de Souza Almeida, tanto quanto a correção do material quanto ao ano do plano diretor citado e a verificação da vigência da base cartográfica utilizada. Todos esses apontamentos serão levados para o órgão responsável pela elaboração do documento, o IF, para que providenciem as devidas retificações. Comentou que a gestão do Parque Estadual Jaraguá é um modelo bem sucedido, que mesmo um pouco fora do tempo poderá servir de exemplo para outros locais onde incidem os mesmos problemas. Mencionou a situação bastante delicada pela qual passa os bairros no entorno de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Osasco, o Parque Estadual Jaraguá, e o Parque da Cantareira, a região da Brasilândia e Taipas, regiões nas quais se deve empregar o poder de polícia. Pontuou a importância dos conselhos e da Operação em Defesa das Águas. **Lucila Manzatti**, Diretora da Região Metropolitana e Interior da FF agradeceu pela participação, posicionamentos e sugestões apresentadas ao longo das audiências, as quais poderão ter um peso importante nas próximas etapas do processo de criação das unidades de conservação. Lembrou que tudo o que está sendo dito está sendo gravado para ser encaminhado ao CONSEMA. Afirmou levará os diversos pontos levantados durante as audiências ao conhecimento do Secretário da SMA, tanto aqueles que dizem respeito aos aspectos técnicos e políticos quanto os questionamentos formulados. Ressaltou quão importante é esse espaço de encontro, mas reconheceu que, por vezes, extrapola-se um pouco o objetivo específico da reunião, cujo foco principal é tratar da criação das áreas. Por essa razão, pediu desculpas por não ter respostas para tudo o que foi colocado. No entanto, afirmou ter sido possível entender todo o contexto social da região. Esclareceu que a FF compartilha de muitos dos questionamentos colocados, mas que gostaria de esclarecer ao representante da SOS mata Atlântica, que conceitualmente, um parque estadual não é um lugar murado com o objetivo de apartar e separar as pessoas do que está dentro da área murada. Muito pelo contrário, o parque estadual pode proporcionar oportunidades de aproximação. Murado ou não, acentuou que as pessoas devem ter acesso ao ambiente um pouco mais protegido, na medida do possível, respeitando-se a categoria da UC. É por esse motivo que essa categoria de UC está sendo proposta para essa região. Desta forma, a comunidade tão carente desse tipo de serviços poderá ter maior acesso a eles. Em resposta a Vinícius de Souza Almeida, afirmou que, apesar de constrangedor, seus comentários serão encaminhados ao Instituto Florestal. Agradeceu muito a contribuição e os reforços que, certamente, resultarão nas devidas correções. Adiantou que já havia conversado pessoalmente com os pesquisadores do IF sobre o que aconteceu. Agradeceu ao ITESP, em especial o seu representante, Thiago Francisco Neves Gobbo, pelo levantamento fundiário, que subsidiou a elaboração do desenho das unidades de conservação. As eventuais dúvidas sobre esse assunto podem ser dirimidas diretamente com eles e, eventualmente com o Diego Hernandez, no endereço informado durante a apresentação. A Ouvidoria também dá certo, afirmou. Colocou-se a disposição para esclarecer as dúvidas remanescentes. Finalizou agradecendo a todos e acentuou ter aprendido muito sobre as formas de concretizar determinados sonhos das populações das regiões em questão. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência pública sobre o projeto para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, sejam diretamente protocolizadas na Fundação Florestal ou encaminhados para o endereço eletrônico: rlazzarotti@fflorestal.sp.gov.br. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, responsável pelo Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.